

BOLETIM 412

Brasília, 15 de agosto de 2017

Mazinho: políticos querem saquear os cofres públicos para se salvar nas eleições de 2018

O presidente da CONTRICOM e vice-presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Francisco Chagas Costa – Mazinho, voltou a denunciar o conteúdo da reforma política que está sendo discutida e votada pelo Congresso Nacional: “pelas informações que temos, esses políticos, com as honrosas exceções de sempre, estão querendo aproveitar essas mudanças na legislação eleitoral para saquear, para não dizer roubar os cofres públicos na desesperada tentativa de salvarem seus mandatos nas eleições de 2018”.

Como se sabe, a proposta, já aprovada na comissão especial que discute a reforma política no Congresso Nacional, aprovou, recentemente, a instituição de fundo público para sustentar os partidos e as campanhas eleições de 2018 correspondente a R\$ 3,6 bilhões.

“São os mesmos políticos que desmontaram a CLT e retiraram direitos dos trabalhadores, os mesmos que ameaçam agora promover o maior assalto às aposentadorias dos trabalhadores brasileiros”, afirmou o dirigente sindical.



Segundo ele, “essa ação não poderia ocorrer em momento mais inoportuno, quando o governo está promovendo cortes em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança, e, mesmo assim, aumentando seu déficit e seu endividamento”.

“O resultado, acrescentou, dessa política é a recessão sem precedentes e o desemprego recorde que atinge nossos trabalhadores, principalmente os da construção, enquanto esses políticos continuam se beneficiando de salários de marajá entre outros penduricalhos que só agravam o rombo das contas públicas”.

E finalizou: “como presidente da CONTRICOM e dirigente sindical nós não aceitamos mais essa agressão ao povo brasileiro e vamos denunciar e promover campanhas e ações, em parceria com outras organizações sindicais e sociais, inclusive no Supremo Tribunal Federal para impedir que essa medida, que não foi discutida com a sociedade, seja efetivada, demonstrando, mais uma vez, que o parlamento brasileiro continua agindo de costas para o povo”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

NCST: reforma trabalhista deixará 18 milhões sem assistência e 150 mil desempregados

Segundo a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, o fim da contribuição sindical compulsória acaba com a principal fonte de custeio dos sindicatos, que oferecem serviços de assistência social, administrativa e jurídica para trabalhadores e seus familiares, além de desempregar grande contingente de funcionários das entidades. Fere de morte as federações, confederações e as centrais que tem como única fonte de custeio a contribuição sindical.

As entidades sindicais podem se ver obrigadas a fechar suas portas, com a aprovação da Lei 13.467/2017, que trata da Reforma Trabalhista, e que entrará em vigor em novembro deste ano. Além de precarizar as relações capital e trabalho, acabar com a CLT, o projeto põe um fim principal fonte de custeio da organização sindical, podendo causar demissões em massa dos servidores das entidades, e decreta o fim das assistências, médica, odontológica, jurídica e administrativa oferecida aos trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são 150 mil funcionários com carteira assinada nestes locais, dois maracanãs lotados de técnicos especializados que prestam serviços a 18 milhões de sindicalizados no Brasil. “Como que o Governo diz que está fazendo uma “reforma” para gerar emprego e automaticamente coloca



mais de 100 mil trabalhadores na rua?”, questiona Dannel Vital, empregado de uma entidade sindical.

José Calixto Ramos, presidente da NCST, ressalta a importância do poder de negociação dessas entidades com o setor patronal, principalmente em acordos coletivos, além de outras prestações de serviços adicionais. Os acordos são firmados entre sindicatos de trabalhadores e laborais para definir as benesses e condições de trabalho para todos os membros da empresa. O Congresso e a Presidência da República precisam pensar melhor nos trabalhadores e trabalhadoras que estão na eminência de ver os seus sustentos ceifados por projeto que teve origem no Executivo e que foi chancelando pela Câmara dos Deputados e Senado. Não é demais lembrar que o sindicato é a única trincheira que os trabalhadores dispõem na defesa dos seus direitos, além de ser o órgão de orientação. Se não tivermos mais a representatividade sindical, o trabalhador terá que negociar diretamente com o patrão e sairá em prejuízo, pois o empregador oferecerá as condições que lhe convém”, alerta.

Fonte: NCST

Centrais decidem agenda para enfrentar a crise

As Centrais Sindicais se reuniram nesta segunda (14), para organizar a agenda do movimento nesta etapa da luta contra a retirada dos direitos e o enfrentamento da crise. O encontro, na sede da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), teve a presença de dirigentes da UGT, Nova Central, Força Sindical e CSB.

Entre os temas tratados, destacam-se a defesa dos direitos trabalhistas e sociais, organização do movimento sindical e a sustentabilidade das entidades sindicais.

As Centrais definiram elaborar uma cartilha unitária que denuncie e oriente a sociedade, em especial a classe trabalhadora, sobre as consequências da reforma e como enfrentar os abusos com a nova regra.

Novo encontro - Ficou agendada para a próxima segunda (21), na sede da UGT, a partir das 14h30, nova reunião das Centrais Sindicais.

Fonte: Agência Sindical

Projeto revoga dispositivo introduzido pela reforma trabalhista

Projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) (**foto**) revoga a prevalência da convenção ou de acordo coletivo de trabalho sobre a lei, modificação introduzida pela reforma trabalhista



aprovada em julho último. O PLS 252/2017 está na Comissão de Assuntos Econômicos aguardando o recebimento de emendas.

Para justificar o seu projeto, Paim afirma que “a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) já diz que o negociado é importante, respeitando as leis mínimas de um país. O acordo, a convenção coletiva, o próprio dissídio coletivo, vêm para ampliar direitos, e não para diminuir aquilo que já está consagrado na própria legislação”, esclareceu.

Fonte: Agência Senado

DIEESE: meta fiscal de Temer vai custar caro para trabalhador

Clemente Ganz, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE), afirmou que a condução econômica do governo de Michel Temer é “extremamente nefasta para a sociedade e traz um custo social enorme”. Ele se



referiu à projeção da meta fiscal, que mais uma vez teve seu anúncio adiado pelo governo. O deficit a ser anunciado deve ser de R\$ 159 bilhões para este ano, mas há quem defenda no governo que a revisão defina um deficit de R\$ 170 bilhões.

Por Railídia Carvalho

De acordo com ele, a política econômica atual, baseada em ajuste fiscal e aprovação de reformas, vai retardar a retomada do crescimento. No rastro desse “equilíbrio nas contas” do governo virá um efeito cascata devastador.

“Atender a meta fiscal da maneira como o governo se propõe torna o efeito recessivo dos cortes continuado. Se as pessoas têm menos renda, consomem menos, portanto, a economia produz menos. Não gira a economia”, explicou Clemente.

“Sem perspectiva de retomada, as empresas vendem ou demitem para não aumentar a dívida. O desempregado fica mais tempo sem trabalho e sem salário. Aqueles que estão empregados continuam inseguros se ainda terão o emprego no dia seguinte”, comparou Clemente.

Além de afetar o mercado de trabalho, a opção de Temer em aumentar o deficit vai comprometer mais ainda serviços públicos de saúde e educação, observou Clemente.

“O governo vai comprometer impostos futuros sem aumentar a capacidade produtiva do Estado. Vai gastar mais dinheiro nosso para pagar juros da dívida. São recursos que iriam para saúde e educação”, ressaltou.

Clemente projeta que o nível de endividamento do Estado brasileiro vai ficar em

níveis insustentáveis. “É como se o trabalhador pegasse um empréstimo para comprar o almoço todo dia. Pegou tanto emprestado para consumir e não conseguiu produzir nada e fica cada vez mais endividado”, exemplificou.

Para o diretor do Dieese, “o Estado tem a capacidade de se endividar mas se não for para aumentar a capacidade produtiva da economia, ele gera um desequilíbrio gasta cada vez maior com gasto estéril”.

“À época da Dilma o rombo de R\$ 70 bilhões era um absurdo. Agora é de R\$ 160 bilhões e tem que aceitar”, ironizou Clemente.

De acordo com ele, ficou para trás a concepção de ver o país crescer para gerar bens para todos. “Estão produzindo um país para que os capitalistas, principalmente as multinacionais, venham para cá valorizar sua riqueza. Isso é uma tragédia para a sociedade.”

Fonte: Portal Vermelho

CPI ouve prefeituras que mais devem à Previdência

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência recebeu nesta segunda-feira (14) representantes de municípios que estão entre os que mais devem ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Juntas, as dívidas de Guarulhos (SP) e Manaus (AM), por exemplo, superam R\$ 1,2 bilhão. As prefeituras responsabilizam as gestões anteriores pelo rombo.

O secretário da Fazenda de Guarulhos, Peterson Aiello Ramos, explica que os débitos saltaram de R\$ 141,3 milhões em 2002 para R\$



913,6 milhões em 2017. Segundo ele, a Prefeitura chegou a negociar o pagamento com a União em 2002, mas não honrou o compromisso. A cidade ficou oito anos sem obter a Certidão Negativa de Débitos (CND), documento exigido para a contratação de novos empréstimos.

Neste ano, Guarulhos aderiu a um programa do governo federal que estende por 200 meses o parcelamento de dívidas dos municípios com a Previdência. De acordo com o secretário da Fazenda, os pagamentos têm sido feitos desde então. Mas isso compromete as políticas públicas.

– Queremos ser adimplentes com a Previdência. Mas acho que era melhor não ter ganhado a eleição. Fomos para a rua e defendemos uma proposta de governo, mas agora vemos que é impossível cumprir o programa porque não dá para investir nada. Vamos ter que ter pagar, pagar, pagar, pagar – disse Ramos.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)